

EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

EDUCATION IN/OF FIELD: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Carlos André Ribeiro da Silva¹ / Elisa Mara Lima Costa¹ / Rute de Jesus Souza¹ / Domingos Rodrigues da Trindade^{1,*}

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas muito tem se debatido acerca dos desafios que constantemente são enfrentados pela Educação no/do Campo, debate esse que tem como finalidade buscar a garantia de uma educação de qualidade aos/às camponeses e camponesas. A Educação do Campo teve sua história idealizada a partir dos movimentos sociais do campo, em que homens e mulheres lutaram visando a implantação de um modelo de educação que valorizasse os aspectos políticos, sociais e econômicos, culturais do meio em que vivem.

Segundo Arroyo:

O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito a terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, a saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizaram, os riscos que assumem, mostra quanto reconhecem sujeitos de direitos (ARROYO, 2004, p. 73).

Nesse contexto, os movimentos sociais representa uma alternativa de resistência à exclusão e ao descaso com a população camponesa. Dentre esses movimentos, vale destacar a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que contribuiu de maneira pertinente para essa conquista, pois assumiu essa luta no âmbito político e pedagógico, criando assim, estratégias de disputa junto à sociedade, reivindicando o direito a inclusão e uma educação de qualidade para o povo camponês.

RESUMO

Este texto é resultado das reflexões tecidas no Componente Curricular Núcleo de Pesquisa e Prática Pedagógica II do curso de Pedagogia do Departamento de Educação Campus XII, no semestre 2022.1. Aqui trataremos algumas reflexões acerca da Educação no/do Campo, demarcando a importância dos movimentos sociais na luta da Educação do Campo e defendemos que o sistema capitalista precisa ser combatido. Evidenciamos que a Educação do Campo surge da luta de homens e mulheres em busca de igualdade. Destacamos, ainda, a importância de um currículo na Educação no/do Campo que valorize os saberes e conhecimentos produzidos pelo povo camponês, diante dessa perspectiva a escola deve organizar suas práticas pedagógicas de modo que a mesma possa oferecer uma educação crítica aos sujeitos do campo, contribuindo assim para que eles possam desenvolver seu senso crítico e a partir daí, romper com os grandes desafios que o sistema capitalista vem impondo à Educação do Campo.

Palavras-chave: Capitalismo. Educação do Campo. Escola. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This text is the result of reflections made in the Curricular Component Nucleus of Pedagogical Research and Practice II of the Pedagogy course of the Department of Education Campus XII, in the 2022.1 semester. Here we will bring some reflections about Education in/from the countryside, demarcating the importance of social movements in this struggle and that the capitalist system needs to be fought. It shows that Rural Education arises from the struggle of men and women in search of equality. It is also highlighted the importance of the curriculum in Education in/from the Field that values the knowledge and knowledge produced by the peasant people, in view of this perspective the school must organize its pedagogical practices so that it can offer a critical education to the subjects from the countryside, thus contributing so that they can develop their critical sense and from there, break with the great challenges that the capitalist system has been imposing on Rural Education.

Keywords: Capitalism. Field Education. School. Social movements

Submetido em: 26 de set. 2022

Aceito em: 04 de nov. 2022

¹Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Guanambi, Bahia – Brasil

*E-mail para correspondência: rodrizex@hotmail.com

Este texto é resultado das reflexões tecidas no Componente Curricular Núcleo de Pesquisa e Prática Pedagógica II do curso de Pedagogia do Departamento de Educação Campus XII ministrada pelo professor Domingos Rodrigues da Trindade no semestre 2022.1. Aqui traremos algumas reflexões acerca da Educação no/do Campo, demarcando a importância dos movimentos sociais nessa luta e alguns desafios e perspectivas de construção da Educação no/do Campo.

Educação no/do Campo: uma história marcada por lutas e desafios

A Educação do Campo carrega em sua trajetória as marcas de lutas travadas pelos homens e mulheres do campo, que inconformados/as com a exclusão educacional procuravam a formulação de políticas públicas que visassem uma educação voltada para o campo. Desse modo, para discutir a respeito dessa educação contra-hegemônica é preciso destacar o importante papel dos movimentos sociais nessa luta. No decorrer dos anos, camponeses cansados da invisibilidade sofrida, se juntaram e formaram grupos com o objetivo de exigir melhorias em prol da vida no campo. Como exemplo pode ser citado alguns movimentos: As Ligas Camponesas (1945), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (1946), a Comissão Pastoral da Terra (1975) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST - 1984).

Esse último é um dos movimentos de maior relevância no Brasil. Ele não condicionava suas lutas somente no desejo da divisão igualitária de terras, mas enfatizou também, o desejo de uma Educação no/do Campo de qualidade. Essa educação almejada pelo MST era um modelo apropriado para os sujeitos que habitam no campo, levando em conta os saberes, as tradições e a cultura dessa população. As práticas pedagógicas deveriam ser relacionadas com o cotidiano e com as experiências obtidas e constituídas no processo de formação humana dos camponeses. Sobre o debate em relação à educação camponesa, pontua Caldart (2012, p.15):

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

Dessa forma, fica explícito que o debate por melhores condições educacionais no campo foram fortes, formulando por intermédio do “combate de ideia e princípios”, um novo modelo educacional, com práticas correlacionadas ao contexto camponês, procurando assim, abandonar padrões de uma educação denominada rural. A nova forma do fazer pedagógico no campo foi uma grande conquista para essa população e teve sua implementação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB – 9394/46 de 20 de dezembro de 1996, com a seguinte norma:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, Art. 28).

Sendo assim, é evidente que houve um grande avanço no que se refere à Educação do/no Campo no Brasil, mas é inevitável não enxergar o longo percurso para a consolidação desse novo projeto educacional nas diversas comunidades rurais.

Um dos desafios que temos que enfrentar para a implementação da Educação do Campo nas Escolas do Campo, diz respeito ao Currículo na dimensão emancipatória, sobretudo porque o modelo curricular utilizado nas áreas urbanas era introduzido à força nas localidades rurais, negando e silenciando os diversos saberes e conhecimentos produzidos naquele ambiente.

Sendo o currículo um território em disputa, fortes foram as oposições para as mudanças, pois seu formato hierarquizado contribuía para que a educação permanecesse hegemônica. Assim, houve todo um cenário de tensão para a efetivação de um currículo que propusesse uma educação interrelacionada com o modo de vida camponês e que fosse crítica, reflexiva e com perspectivas emancipatórias. Por isso, é necessário que os Estados, municípios conheçam e faça uso da legislação da Educação do Campo, a exemplo das Diretrizes Operacionais das Escolas do Campo de 2002, do Decreto da Educação do Campo de 2010 que colocam a Educação do Campo na dimensão da Política de Estado tendo por base a realidade concreta dos sujeitos do campo.

Construir uma política de educação do campo referenciada na grande diversidade das populações rurais brasileiras é uma tarefa a que o Ministério da Educação, juntamente com os sistemas públicos de ensino e os movimentos sociais e sindicais do campo, tem se dedicado com grande zelo em virtude do reconhecimento da enorme dívida do poder público em relação ao direito dos povos do campo à educação. (BRASIL, 2012, p.4).

Nota-se, portanto que a construção da Educação no/do Campo é uma construção coletiva com os sujeitos demandantes da ação. Educação no/do Campo se faz com o povo do campo e não para as pessoas do campo.

O sistema capitalista como um desafio

Apesar das lutas e conquistas do povo rural pelo direito à educação e pela construção de uma identidade social, o sistema capitalista se insere nesse contexto como um grande desafio. Ao longo do tempo o capitalismo tenta se estruturar na mente da população que a adequação ao modelo capitalista representa um grande desenvolvimento, essa ideia afeta diretamente a Educação no/do Campo, pois a mesma acaba se constituindo de forma mecânica e tecnicista, onde o ensino se baseia apenas para a formação da mão de obra. Dessa maneira é estabelecida uma relação de dominação do sistema produtivo capitalista em detrimento da população rural e a educação passa a ser ofertada apenas como meio para preparar os indivíduos para o mundo do trabalho, dentro de uma perspectiva que mantém os interesses das classes dominantes. Essa condição insere os sujeitos do campo em uma contínua alienação. Assim como ressalta Caldart (2020, p.3):

A alienação é própria do modo de produção capitalista. Sua origem é a separação entre trabalhador e meios de produção. No entanto é a fase atual de domínio do capital financeiro e especulativo que desenha uma lógica de acumulação capitalista tão descontrolada e insana, que precisa aprofundar a alienação e alastrá-la para todas as dimensões da vida, a partir do distanciamento cada vez mais irracional entre trabalho e vida (necessidades humanas reais).

É evidente que o sistema capitalista coloca os trabalhadores rurais em uma condição desfavorável na sociedade, pois como consequência da alienação, os camponeses são submetidos à exploração da força de trabalho, e essa conjuntura reflete fortemente na educação desses sujeitos, visto que são submetidos a trabalhar constantemente para garantir a subsistência da família. Nesse cenário, a educação fica em segundo plano, essa circunstância explica os altos índices de analfabetismo da população do campo. Portanto, esse é um tema que precisa ser mais debatido nas escolas e na sociedade em geral, a educação nesse contexto se torna uma grande ferramenta nessa luta, mas ela sozinha não dar conta, é necessário políticas públicas emancipatórias, a resistência, a luta dos movimentos sociais do campo e da cidade no enfrentamento do sistema capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história evidencia que a educação no campo no país foi por anos deixada de lado pelo sistema político brasileiro. Mas evidencia também que a Educação do Campo e as políticas públicas desta área como temos na atualidade são frutos da luta dos movimentos sociais organizados no campo. Temos muitos avanços na perspectiva da legislação vigente, porém, necessitando da materialização no chão da escola, a exemplo do currículo escolar, esse é grande desafio. Diante dessa perspectiva a escola assume na Educação no/do Campo um papel de grande importância, pois ela será a base formadora dos sujeitos do campo, fundamental para o desenvolvimento das comunidades rurais. A escola assume um caráter formador não só do conhecimento acadêmico, mas uma função social na formação do ser humano como um todo. Nesse processo, a formação dos/das educadores/as das escolas do campo é indispensável e urgente, outro grande desafio no conjunto das políticas públicas de Educação do Campo, para que estes profissionais compreendam o lugar onde a escola do campo está inserida e com base nesse conhecimento, elaborarem práticas educativas emancipatórias e de valorização do campo e de seus sujeitos.

Em síntese, vale demarcar que na perspectiva da legislação da Educação do Campo as conquistas são positivas. Um grande desafio é a materialização de tudo aquilo que foi conquistado na luta do “Movimento Por Uma Educação do Campo”. Mas como a história tem nos mostrado que é possível avançarmos na construção da Educação no/do Campo, seguiremos firmes na luta, em outras perspectivas, a exemplo da formação dos/das educadores/as das Escolas do Campo nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Agroecologia, Pós-Graduação lato e stricto sensu em Educação do Campo, enfim, continuar reivindicando a garantia de direitos dos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e inclusão. **Educação do campo: marcos normativos**. Brasília: SECADI, 2012. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 25 de agosto de 2016.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. **III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Luziânia, Goiás, 2012. Disponível em: http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_03.html. Acesso em: 19 de mar. de 2017.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. Texto preparado para Aula Inaugural do semestre do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral, realizada em 9 de março 2020.